

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

CNPJ n.º 33.700.394/0001-40 - NIRE 35300102771

COMPANHIA ABERTA

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

LOCAL E HORA: Av. Eusébio Matoso, n.º 891, térreo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às 9h00.

MESA: Geraldo Travaglia Filho – Presidente
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Secretária

QUORUM: Acionistas representando a totalidade do capital social.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de edital, face o disposto no § 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES:

1. Aceitos os pedidos de **renúncia** dos Srs. **FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO, ISRAEL VAINBOIM, PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES** e **PEDRO MOREIRA SALLES** aos cargos de membros do Conselho de Administração da Sociedade, comunicados por meio de cartas recebidas pela Sociedade nesta data.

1.1 Ficou consignado, de forma resumida, o voto de agradecimento feito na Assembléia aos Srs. **FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO, ISRAEL VAINBOIM, PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES** e **PEDRO MOREIRA SALLES** de forma a constar os sinceros agradecimentos pelos excelentes serviços por eles prestados à Sociedade.

2. Tornadas sem efeitos as eleições dos Srs. **ALCIDES LOPES TÁPIAS, ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO, ALFREDO EGYDIO SETUBAL, CANDIDO BOTELHO BRACHER, FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES, GUILLERMO ALEJANDRO CORTINA, GUSTAVO JORGE LABOISSIERE LOYOLA, HENRI PENCHAS, RICARDO VILLELA MARINO, e ROBERTO EGYDIO SETUBAL** aos cargos de membros do Conselho de Administração da Sociedade, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008.

3. Aceitos os pedidos de **renúncia** dos Srs. **EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES** e **GUY ALMEIDA ANDRADE** aos cargos de membros do Comitê de Auditoria da Sociedade, comunicados por meio de cartas recebidas pela Sociedade nesta data.

3.1. Ficou consignado, de forma resumida, o voto de agradecimento feito na Assembléia aos Srs. **EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES** e **GUY ALMEIDA ANDRADE** de forma a constar os sinceros agradecimentos pelos excelentes serviços por eles prestados à Sociedade.

4. Tornadas sem efeitos as eleições dos Srs. **ALCIDES LOPES TÁPIAS**, **GUSTAVO JORGE LABOISSIERE LOYOLA** e **TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI**, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, e do Sr. **ALKIMAR RIBEIRO MOURA**, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2008, aos cargos de membros do Comitê de Auditoria da Sociedade.

5. Considerando as deliberações acima, ficam desde já efetivados os pedidos de renúncia apresentados pelos Srs. **GUILHERME AFFONSO FERREIRA**, **JOÃO DIONISIO FILGUEIRA BARRETO AMOÊDO**, **JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO**, **PEDRO SAMPAIO MALAN** e **VICENTE FALCONI CAMPOS** aos cargos de membros do Conselho de Administração da Sociedade e pelos Srs. **ISRAEL VAINBOIM** e **GABRIEL JORGE FERREIRA** aos cargos de membros do Comitê de Auditoria da Sociedade, que permaneciam condicionadas à posse dos membros eleitos na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008.

6. Nos termos da proposta do Conselho de Administração, conforme reunião realizada em 29 de dezembro de 2008, fica aprovada a extinção do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Sociedade.

6.1. Considerando a aprovação acima, fica aprovada, nos termos do artigo 10, inciso I, do Anexo à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.198 de 27 de maio de 2004, conforme alterada, a adesão da Sociedade e de suas controladas ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Itaú Unibanco, órgão estatutário criado nos termos do artigo 11 caput do Anexo à Resolução do Conselho Monetário Nacional, que atua em nome das instituições integrantes do conglomerado financeiro Itaú Unibanco, liderado pelo **ITAÚ UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S.A.** (atual denominação do Banco Itaú Holding Financeira S.A., pendente de homologação pelo Banco Central).

6.2. Nesse mesmo sentido, fica aprovada a reforma do Estatuto Social para refletir a nova estrutura de governança da Sociedade, a fim de, entre outros ajustes:

- (i) excluir os parágrafos 1, 2 e 3 do artigo 4º;
- (ii) renomear o Capítulo IV – “Da Administração”, para que seja denominado “Da Diretoria”, cuja redação deverá ser a das atuais Seções II e III do Capítulo IV, conforme abaixo;

- (iii) excluir a Seção I – Do Conselho de Administração do Capítulo IV, bem como todas as referências feitas a este órgão no Estatuto Social;
- (iv) excluir a Seção III - Das Disposições Comuns ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Comitê de Auditoria do Capítulo IV, de forma que as disposições relativas à Diretoria passem a integrar o novo do Capítulo IV - Da Diretoria;
- (v) excluir o Capítulo V – Do Comitê de Auditoria, bem como todas as referências feitas a este órgão no Estatuto Social;
- (vi) excluir do Estatuto Social menção ao “Conglomerado Unibanco”;
- (vii) incluir novas matérias no âmbito da competência da Assembléia Geral, quais sejam (a) fixar as condições para conversão de ações em Units e a suspensão do cancelamento de Units; (b) examinar e deliberar sobre balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros; (c) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados; (d) eleger e destituir membros da Diretoria e o Ouvidor; (e) fixar as atribuições e responsabilidades dos Diretores, inclusive designar o diretor responsável pela Ouvidoria; (f) escolher e destituir os auditores independentes; e (g) declarar dividendos intermediários;
- (viii) incluir novas matérias no âmbito da competência da Diretoria Executiva, quais sejam: (a) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas da Sociedade; (b) convocar as assembleias gerais dos acionistas; (c) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando (I) aumento ou redução do capital social; (II) operações de fusão, incorporação ou cisão; e (III) reformas estatutárias; (d) deliberar sobre: (I) associação ou combinações societárias envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordos de acionistas; (II) aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades controladas ou coligadas; (III) aquisição do controle de outras sociedades, observadas as prescrições legais; (IV) orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação que lhe forem submetidos; (e) indicar o substituto do Diretor Presidente e de qualquer dos membros da Diretoria, nas hipóteses previstas no Estatuto; (f) analisar o relatório semestral quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, bem como as medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas por esta propostas; (g) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito da Diretoria; (h) fixar normas sobre arquivamento de acordos de acionistas; e (i) deliberar sobre a promoção da defesa, em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra membros estatutários, administradores ou funcionários da Sociedade, nos termos do Estatuto Social;

- (ix) incluir novas matérias no âmbito da competência do Diretor Presidente, quais sejam: (a) presidir as assembléias gerais, (b) fixar a remuneração de cada um dos membros da Diretoria, até o montante global aprovado pela Assembléia Geral; e (c) fixar a gratificação de cada um dos membros da Diretoria;
- (x) aumentar para 62 (sessenta e dois) anos o limite máximo de idade para o exercício de cargo na Diretoria; e
- (xi) reenumerar os Artigos e Capítulos do Estatuto Social e alterar eventuais remissões, conforme necessário, considerando as alterações acima.

6.3. Em virtude das alterações acima previstas, fica aprovada a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, o qual passa a vigorar na forma do Anexo I à presente ata.

7. Por fim, fica aprovada a alteração do veículo de publicação da Sociedade na imprensa privada para o jornal DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, devendo tal alteração ser ratificada pelos acionistas na próxima Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Fica arquivada na sede da Sociedade a Proposta do Conselho de Administração de 29 de dezembro de 2008.

CONSELHO FISCAL: Não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento.

São Paulo, 30 de dezembro de 2008.

(aa) Geraldo Travaglia Filho – Presidente
Leila Cristiane Barboza Braga de Melo - Secretária

ACIONISTAS PRESENTES: p/ UNIBANCO HOLDINGS S.A. – Pedro Moreira Salles e Marcelo Luis Orticelli - Diretores; p/ BANCO ITAÚ S.A. - Silvio Aparecido de Carvalho - Diretor Executivo e Miguel Burgos Neto - Diretor Gerente; e p/ E.JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. – Pedro Moreira Salles – Diretor Presidente.

A presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio.

São Paulo, 30 de dezembro de 2008.

Geraldo Travaglia Filho
Presidente

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo
Secretária

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DO

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º: O UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante designado como UNIBANCO, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º: O UNIBANCO tem por objeto as operações e os serviços bancários em geral, inclusive câmbio, permitidas aos bancos múltiplos, podendo também participar de outras sociedades, na forma das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único: É vedado ao UNIBANCO:

- a) adquirir bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo nas hipóteses permitidas em lei ou regulamento; e
- b) emitir debêntures ou partes beneficiárias.

Artigo 3º: O prazo de duração do UNIBANCO é indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações

Artigo 4º: O capital social é de R\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de reais), dividido em 2.734.416.904 (dois bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões, quatrocentas e dezesseis mil, novecentas e quatro) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.511.316.336 (um bilhão, quinhentos e onze milhões, trezentas e dezesseis mil, trezentas e trinta e seis) ordinárias e 1.223.100.568 (um bilhão, duzentos e vinte e três milhões, cem mil, quinhentas e sessenta e oito) preferenciais.

§ 1º: Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações do UNIBANCO serão escriturais, permanecendo em conta de depósito, no UNIBANCO, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 44 da já mencionada lei.

§ 2º: De acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o UNIBANCO poderá outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do UNIBANCO ou de suas controladas.

Artigo 5º: As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias, a elas não se aplica o disposto no § 1º do artigo 111 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, e gozam das seguintes vantagens:

- a) participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária;
- b) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações; e
- c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

Artigo 6º: O UNIBANCO poderá, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncios, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Artigo 7º: O UNIBANCO poderá emitir, nos termos deste estatuto e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, Certificados de Depósito de Ações, doravante designados como UNITS, representativos de ações preferenciais, sem direito de voto, depositadas no UNIBANCO, de emissão:

- a) do UNIBANCO; e
- b) da UNIBANCO HOLDINGS S.A., companhia de capital aberto com sede em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ-MF sob nº 00.022.034/0001-87, doravante designada como HOLDINGS.

§ 1º: Para os efeitos deste artigo, a cada ação preferencial de emissão do UNIBANCO depositada deverá corresponder o depósito concomitante de uma ação preferencial de emissão da HOLDINGS.

§ 2º: Somente ações livres de ônus, gravames ou qualquer tipo de embaraço que impeça sua livre entrega aos titulares das UNITS poderão ser objeto de depósito para conversão em UNITS.

Artigo 8º: Os acionistas do UNIBANCO poderão converter, observadas as disposições dos artigos 9º, 10 e 11 deste estatuto, as ações de que são titulares em UNITS, nos prazos e nas demais condições fixadas pela Assembléia Geral, mediante publicação de aviso aos acionistas informando-os sobre os procedimentos de conversão.

Artigo 9º: As ações representadas pelas UNITS, a partir da emissão destas:

- a) ficarão registradas em conta de depósito vinculada às UNITS, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;
- b) seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das UNITS; e
- c) as ações, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das UNITS, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao titular das UNITS.

Artigo 10: As UNITS terão forma escritural e serão mantidas pelo UNIBANCO em conta aberta em nome do seu titular e:

- a) a transferência da propriedade das UNITS opera-se pelo lançamento efetuado pelo UNIBANCO em seus livros, a débito da conta de UNITS do alienante e a crédito da conta de UNITS do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do UNIBANCO;
- b) o penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus, gravames ou embaraços que gravarem as UNITS deverão ser averbados nos registros do UNIBANCO e serão anotados no extrato da conta de UNITS;
- c) o UNIBANCO fornecerá ao titular das UNITS extrato de sua conta de UNITS sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano;
- d) do extrato constarão o local e a data da emissão, o nome do UNIBANCO, a indicação de se tratar de extrato de conta de UNITS (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de UNITS ou por ordem escrita deste, o nome e

qualificação do titular da conta de UNITS, o preço do depósito cobrado pelo UNIBANCO se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de UNITS;

- e) mediante ordem escrita dada pelo titular da conta de UNITS à corretora de Bolsa de Valores em que as UNITS sejam negociadas, o UNIBANCO bloqueará as UNITS objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferi-las para o comprador quando receber da Bolsa o comunicado de que as UNITS foram vendidas;
- f) ressalvado o disposto nas alíneas "g" e "h" abaixo, o titular das UNITS terá o direito de, a qualquer tempo, pedir ao UNIBANCO o seu cancelamento e a entrega das ações escriturais que representa, mediante transferência destas para as contas de depósito de ações mantidas pelo UNIBANCO em nome do titular;
- g) a Assembléia Geral do UNIBANCO poderá, a qualquer tempo, suspender o cancelamento das UNITS por prazo determinado, nas seguintes hipóteses:
 - I - anúncio pela HOLDINGS ou pelo UNIBANCO de que pretendem facultar aos acionistas do UNIBANCO a conversão de ações de emissão do UNIBANCO em UNITS, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 90 dias; e
 - II - início de oferta pública de distribuição primária ou secundária de UNITS, quer no mercado internacional, quer no mercado nacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 30 dias.
- h) não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as UNITS que tenham ônus, gravames ou embaraços anotados sobre elas, na forma da alínea "b" deste artigo; e
- i) uma vez canceladas as UNITS, o titular das ações por elas representadas poderá livremente dispor das referidas ações, não mais se aplicando as restrições mencionada nas alíneas "a" e "c" do artigo 9º.

Artigo 11: No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas UNITS, serão observadas as seguintes normas:

- a) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão do UNIBANCO serão pagos por este ao titular das UNITS;
- b) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão da HOLDINGS entregues ao UNIBANCO, na qualidade de depositário das ações, serão por este pagos ao titular das UNITS;

- c) competirá exclusivamente ao titular das UNITS o direito de participar das Assembléias Gerais do UNIBANCO e da HOLDINGS e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas destas sociedades pelas ações representadas pelas UNITS;
- d) ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento ou novas emissões de ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS durante a existência das UNITS, serão observadas as seguintes regras:
- I - Na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de desdobramento de ações ou capitalização de lucros ou reservas, realizados pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, o UNIBANCO registrará o depósito das novas ações emitidas e emitirá novas UNITS, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial da HOLDINGS, representadas por UNIT. Caso haja desdobramento de ações realizados apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou caso o desdobramento de ações seja feito por ambas as companhias em proporções diferentes, o UNIBANCO registrará, em nome do titular das ações desdobradas, o depósito de tantas ações quantas forem passíveis de constituírem UNITS, observada a proporção constante do § 1º do artigo 7º, entregando as demais ações emitidas ao titular das UNITS representadas pelas ações desdobradas.
 - II - Caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, realizados pelo UNIBANCO e pela UNIBANCO HOLDINGS, o UNIBANCO debitará as contas de UNITS dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de UNITS, em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial da HOLDINGS, representadas por UNIT. Na hipótese de grupamento ou cancelamento de ações realizado apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou realizadas em proporção diferente pelas duas companhias, o UNIBANCO efetuará o cancelamento das UNITS representativas das ações canceladas, entregando ao respectivo titular as ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS não canceladas, conforme o caso.
 - III - nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos:
 - 1º) se o UNIBANCO e a HOLDINGS procederem a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas UNITS, o titular das

UNITS poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas UNITS, sendo que:

I - se o acionista subscrever ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas UNITS, correspondentes às ações por ele subscritas, observada a proporção constante do § 1º do artigo 7º, salvo manifestação em contrário conforme disposto no inciso II a seguir;

II - se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das UNITS, ou apenas ações de uma das companhias, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações;

2º) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das UNITS poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas UNITS, não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas UNITS.

CAPÍTULO III - Da Assembléia Geral

Artigo 12: A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º: O acionista pode fazer-se representar na Assembléia Geral por procurador que atenda às condições da lei, podendo ser exigido o depósito do respectivo instrumento de mandato junto ao UNIBANCO.

§ 2º: A qualidade de acionista deverá ser comprovada mediante exibição, se exigido, de documento hábil de sua identidade.

Artigo 13: A Assembléia Geral, convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, podendo indicar para substituí-lo qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o qual escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.

§ 1º: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

§ 2º: Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto ou do poder de controle, para obrigarem o UNIBANCO, deverão ser previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil e arquivados

em sua sede, com observância das normas que, a respeito, forem fixadas pela Diretoria, ressalvando-se ao UNIBANCO o direito de solicitar aos acionistas esclarecimentos para o fiel cumprimento das obrigações que lhe competirem.

§ 3º: Compete à Assembléia Geral, além das competências já atribuídas por lei:

- a) examinar e deliberar sobre os balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do artigo 33;
- b) autorizar, quando considerar necessária, nos casos não previstos neste Estatuto, a representação do UNIBANCO individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;
- c) eleger e destituir os membros da Diretoria;
- d) fixar as atribuições e responsabilidades dos Diretores em função das respectivas áreas de atuação, inclusive designar o Diretor responsável pela Ouvidoria;
- e) eleger e destituir o Ouvidor responsável pelo componente organizacional de Ouvidoria do Unibanco;
- f) escolher e destituir os auditores independentes, considerando a recomendação do Comitê de Auditoria ao qual estiver vinculado; e
- g) fixar prazo e demais condições para conversão de ações do UNIBANCO em UNITS, na forma do artigo 8º deste estatuto.

CAPÍTULO IV - Da Diretoria

Artigo 14: A Diretoria compõe-se de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo:

- a) 1 (um) Diretor Presidente;
- b) até 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes; e
- c) até 139 (cento e trinta e nove) Diretores Executivos, Diretores e Diretores Adjuntos.

§ 1º: O Diretor Presidente, os Diretores Vice-Presidentes e os Diretores Executivos compõem a Diretoria Executiva.

§ 2º: O limite máximo de idade para o exercício de cargo na Diretoria é de 62 (sessenta e dois) anos, podendo a Assembléia Geral, conforme a natureza da área de atuação, estender esse limite.

Artigo 15: Compete à Diretoria Executiva a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto do UNIBANCO, cabendo-lhe:

- a) fazer levantar os balanços semestrais e propor a sua aprovação à Assembléia Geral, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, respeitado o disposto no artigo 33;
- b) submeter à aprovação da Assembléia Geral o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício;
- c) autorizar a instalação, a alteração de endereço e a extinção de agências ou dependências, inclusive no exterior;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e do estatuto social;
- e) fiscalizar, supervisionar e orientar a gestão dos Diretores e dos Diretores Adjuntos, quando for o caso;
- f) zelar pela formação dos quadros dirigentes, acompanhando seu desempenho e desenvolvimento profissional;
- g) decidir sobre aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- h) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas do UNIBANCO;
- i) convocar as assembleias gerais dos acionistas;
- j) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando:
 - I - aumento ou redução do capital social;
 - II - operações de fusão, incorporação ou cisão; e
 - III - reformas estatutárias;

- k) deliberar sobre:
 - I - associação ou combinações societárias envolvendo o UNIBANCO, inclusive participação em acordos de acionistas;
 - II - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades (i) controladas ou (ii) coligadas;
 - III - aquisição do controle de outras sociedades, observadas as prescrições legais; e
 - IV - os orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação que lhe forem submetidos na forma do inciso II, do § 1º, do artigo 17;
- l) indicar o substituto do Diretor Presidente, de qualquer dos membros da Diretoria, nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- m) analisar o relatório semestral quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria do Unibanco, bem como as medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas por esta propostas;
- n) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito da Diretoria;
- o) fixar normas sobre arquivamento de acordos de acionistas, na forma prevista no § 2º do artigo 13 deste estatuto; e
- p) deliberar sobre a promoção da defesa, em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra as pessoas dos administradores do UNIBANCO, dos membros do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e empregados que legalmente atuarem por delegação dos administradores, durante ou após os respectivos mandatos, decorrentes de atos legais de gestão praticados no exercício de suas funções, podendo determinar a contratação de seguro para cobertura das despesas processuais, honorários de advogados e indenizações decorrentes dos referidos processos.

Artigo 16: Compete privativamente ao Diretor Presidente:

- I - orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos dos demais membros da Diretoria Executiva, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pela Diretoria Executiva;

- II - coordenar a atuação dos Diretores Vice-Presidentes e o acompanhamento dos respectivos desempenhos;
- III - tomar as decisões de sua alçada;
- IV - tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria Executiva, "ad referendum" desta;
- V - presidir as assembléias gerais, podendo indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos membros da Diretoria Executiva;
- VI - fixar a remuneração de cada um dos membros da Diretoria, até o montante global aprovado pela Assembléia Geral; e
- VII - fixar a gratificação de cada um dos membros da Diretoria, observado o disposto na alínea "c" do § 1º do artigo 33;

Artigo 17: Compete privativamente aos Diretores Vice-Presidentes:

- I - administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas na forma da alínea "d" do § 3º do artigo 13;
- II - supervisionar e coordenar a atuação dos Diretores Executivos, Diretores e Diretores Adjuntos que estiverem sob sua supervisão direta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; e
- III - tomar as decisões de sua alçada.

§ 1º: Observadas as políticas, diretrizes e parâmetros fixados pela Diretoria Executiva, compete ao Diretor Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes, em conjunto:

- I - aprovar e alterar a estrutura administrativa e o regimento interno do UNIBANCO;
- II - submeter à aprovação da Diretoria Executiva os orçamentos de resultados e de investimentos e os respectivos planos de ação e implementar as decisões tomadas;
- III - fixar alçadas operacionais e administrativas; e
- IV - zelar pela formação dos quadros dirigentes, acompanhando seu desempenho e desenvolvimento profissional.

§ 2º: As deliberações conjuntas do Diretor Presidente e dos Diretores Vice-Presidentes serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Artigo 18: Compete aos Diretores Executivos:

- I - administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas na forma do artigo 17, item II desse Estatuto; e
- II - supervisionar e coordenar a atuação dos Diretores e Diretores Adjuntos que estiverem sob sua supervisão direta, conforme o caso.

Artigo 19: Compete aos Diretores e Diretores Adjuntos administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas pela Diretoria Executiva;

Artigo 20: A substituição de membros da Diretoria será feita da seguinte forma:

a) nos casos de substituição temporária:

- I - o substituto do Diretor Presidente será indicado pela Diretoria Executiva, na forma prevista na alínea "I" do artigo 15;
- II - as funções dos Diretores Vice-Presidentes serão exercidas por substituto indicado, dentre os Diretores Executivos eleitos, pelo Diretor Presidente;
- III - as funções dos Diretores Executivos serão exercidas por substituto indicado, dentre os membros da Diretoria eleitos, pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Vice-Presidente responsável pela supervisão do Diretor Executivo substituído, conforme o caso; e
- IV - as funções dos Diretores e dos Diretores Adjuntos serão exercidas por substituto indicado, dentre os membros da Diretoria eleitos, pelo Diretor Executivo responsável pela supervisão do Diretor ou Diretor Adjunto substituído, conforme o caso.

b) nos casos de substituição por vaga de qualquer dos membros da Diretoria, o substituto será indicado pela Diretoria Executiva na forma do disposto na alínea "I" do artigo 15.

Artigo 21: As reuniões da Diretoria serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos Diretores Vice-Presidentes. Caso esses não possam fazê-la, quaisquer dois

deles poderão, conjuntamente, indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: As deliberações em Reunião da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos membros da Diretoria Executiva, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros, salvo nas hipóteses previstas na alínea "c" do artigo 15, que poderão ser tomadas com a presença de, no mínimo, 3 (três) de seus membros, cabendo ao Presidente da reunião, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Artigo 22: A representação ativa e passiva do UNIBANCO será exercida pelos membros da Diretoria na forma deste artigo, ressalvado o disposto na alínea "b" do § 3º do artigo 13.

§ 1º: Conterão as assinaturas conjuntas de dois Diretores, sendo um deles obrigatoriamente membro da Diretoria Executiva:

- a) os atos que importem oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações, assinaturas de contratos, bem como os que acarretem responsabilidade do UNIBANCO ou exonerem terceiros para com ele; e
- b) a constituição de procuradores, observado o disposto na alínea "b" do § 3º do artigo 13.

§ 2º: O UNIBANCO poderá ser representado isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos atos relativos a:

- a) recebimento de citação ou prestação de depoimento pessoal em Juízo;
- b) recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais;
- c) participação do UNIBANCO em licitações;
- d) representação do UNIBANCO em Assembléias Gerais de sociedades das quais o UNIBANCO detenha participação acionária; e
- e) representação do UNIBANCO perante órgãos e repartições públicas, desde que tal não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pelo UNIBANCO.

§ 3º: Os atos previstos na alínea "a" do § 1º deste artigo poderão também ser praticados (i) por qualquer membro da Diretoria Executiva em conjunto com um procurador, (ii) conjuntamente por dois procuradores, ou ainda (iii) por um único procurador ou diretor, desde que haja autorização prévia, específica e expressa da Assembléia Geral. Em todos os

casos devem ser especificados no respectivo instrumento de procuração os limites, a extensão dos seus poderes e a duração do mandato.

§ 4º: Independentemente do disposto no item (iii) do artigo 3º acima, o UNIBANCO poderá constituir procuradores para representá-lo isoladamente em:

- a) mandatos com cláusula "ad judicia" estes por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação;
- b) atos especificamente discriminados nos respectivos instrumentos de mandato, exceto os mencionados na alínea "a" do § 1º deste artigo, ressalvado o disposto no item (iii) do §3º acima; e
- c) quando o outorgado for pessoa jurídica.

Artigo 23: O exercício de cargo na Diretoria independe de prestação de caução.

Artigo 24: Os membros da Diretoria, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos, mediante termos de posse lavrados nos Livros de Atas das Reuniões da Diretoria, termos esses que também deverão ser lavrados nos casos de substituição previsto no artigo 20.

Parágrafo Único: Se o termo não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à data de aprovação do Banco Central do Brasil a nomeação tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual tiver sido eleito.

Artigo 25: Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos, após o término de seus mandatos, até a posse de seus substitutos.

Artigo 26: A Assembléia Geral fixará os honorários da Diretoria, observado o disposto no inciso VI do artigo 16.

CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal

Artigo 27: O UNIBANCO terá um Conselho Fiscal composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, com as atribuições previstas em lei.

§ 1º: O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação.

§ 2º: A Assembléia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração.

§ 3º: O mandato dos componentes do Conselho Fiscal terminará na Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

CAPÍTULO VI – Da Ouvidoria

Artigo 28: O UNIBANCO terá um componente organizacional de ouvidoria (“Ouvidoria”), com a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, e de atuar como canal de comunicação entre os clientes usuários dos produtos e serviços oferecidos pelo UNIBANCO e as empresas que prestam esses serviços, inclusive na mediação de eventuais conflitos.

Parágrafo Único: A Ouvidoria abrange todas as empresas financeiras controladas pelo Unibanco (“Ouvidoria do Unibanco”), excetuando-se àquelas que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria.

Artigo 29: A Assembléia Geral, ou o órgão por ela designado, indicará o Ouvidor responsável pela Ouvidoria do Unibanco, tendo poderes também para destituí-lo.

§ 1º: O Ouvidor terá o mandato de 1 (um) ano, podendo ser designado sucessivas vezes, e permanecerá em seu cargo, após o término de seu mandato, até a designação de seu substituto.

§ 2º: O Ouvidor não poderá desempenhar outra atividade no Unibanco ou em sociedades controladas, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

Artigo 30: Constituem atribuições da Ouvidoria:

- a) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos usuários dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas controladas Unibanco, que não forem solucionados pelo atendimento habitual realizado por suas agências e quaisquer outros pontos de atendimento;
- b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências a serem adotadas;
- c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar o prazo previsto na regulamentação em vigor;

- d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes, até o prazo informado;
- e) propor à administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas em decorrência da análise das reclamações recebidas; e
- f) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria Executiva, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item “e” acima.

Artigo 31: Para o devido desempenho das funções da Ouvidoria do Unibanco, o UNIBANCO assegura que:

- a) haverá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria do Unibanco, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- b) a Ouvidoria do Unibanco terá acesso às informações necessárias para a elaboração de respostas adequadas às reclamações recebidas, contando com amplo apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos no exercício de suas funções.

CAPÍTULO VII - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Dividendos

Artigo 32: O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 33: No último dia de cada semestre civil serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- c) demonstração do resultado do exercício; e
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º: Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) os prejuízos acumulados, se houver, na forma prescrita em lei;

- b) a provisão para o imposto sobre a renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e
- c) até 10% (dez por cento) do resultado que remanescer após as deduções referidas nas alíneas "a" e "b" deste parágrafo, a título de participação da Diretoria, respeitadas as limitações legais e observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º: A participação prevista na alínea "c" do § 1º deste artigo será fixada e paga aos administradores por decisão da Assembléia Geral e com observância das prescrições legais.

§ 3º: O resultado do UNIBANCO, após as deduções referidas no § 1º deste artigo, constitui o lucro líquido do exercício, o qual, por decisão da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação, "ad referendum" da Assembléia Geral:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) constituição de Reservas para Contingências, na forma autorizada em lei;
- c) 35% (trinta e cinco por cento) do lucro remanescente, após a constituição das reservas de que tratam as letras "a" e "b" acima como dividendo obrigatório;
- d) eventual constituição de Reservas de Lucros a Realizar, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, observadas as disposições dos artigos 197 e 202, III, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001;
- e) o saldo deverá ser destinado para a constituição de reserva estatutária destinada a assegurar ao UNIBANCO adequada margem operacional, até o valor máximo de 100% do valor do capital social; e
- f) o eventual saldo remanescente terá a destinação que for dada pela Assembléia Geral, observadas as prescrições legais.

§ 4º: No rateio do dividendo referido na alínea "c" do § 3º deste artigo será atribuída a cada ação preferencial importância superior em 10% (dez por cento) à que couber a cada ação ordinária.

§ 5º: Os dividendos, cuja distribuição houver sido autorizada pela Assembléia Geral serão pagos dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que forem declarados.

§ 6º: A sociedade poderá, por deliberação da Assembléia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar, no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo obrigatório, à conta de:

- a) Lucros apurados em Balanço Semestral; e
- b) Lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 7º: A Sociedade poderá ainda, por deliberação da Assembléia Geral, levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social, não exceda do montante das reservas de capital.

§ 8º: Serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo obrigatório distribuído, eventuais juros distribuídos aos acionistas, até o limite da TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP), nos termos do § 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26.12.95, inclusive aqueles pagos à conta dos lucros ou reservas mencionados no § 6º deste artigo.

CAPÍTULO VIII - Da Liquidação

Artigo 34: O UNIBANCO entrará em liquidação nos casos previstos por lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá os liquidantes e o Conselho Fiscal, se requerida a instalação deste, que funcionarão no período de liquidação.

CAPÍTULO IX - Das Disposições Gerais

Artigo 35: O acionista que não realizar a prestação correspondente às ações subscritas, nas condições previstas no boletim de subscrição, ou, se este for omissivo, na chamada da Diretoria Executiva, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária calculada de acordo com os índices oficiais em vigor, sem prejuízo da utilização pelo UNIBANCO dos meios assegurados em lei para satisfação de seu crédito.

Artigo 36: O valor de reembolso das ações nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor patrimonial das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

CAPÍTULO X - Das Disposições Transitórias

Artigo 37: O UNIBANCO manterá escriturado, como Reserva Especial de Dividendos, o valor de R\$ 63.897.529,90 (sessenta e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos), que, em 31 de dezembro de 1996 equivalia a 77.105.743,8181 UFIRs, a ser transferido da Reserva Estatutária de que trata a alínea "e" do § 3º do artigo 33, quantia essa formada com lucros apurados nos exercícios de 1989 a 1993 e que se encontram amparados pelo regime fiscal previsto no artigo 35 da Lei n.º 7.713, de 22.12.88 e artigo 75 da Lei n.º 8.383, de 30.12.91.

Parágrafo Único: A Reserva Especial de Dividendos de que trata este artigo será baixada contra os dividendos que forem distribuídos pelo UNIBANCO à conta dessa Reserva, ou em virtude de sua capitalização.

São Paulo, 30 de dezembro de 2008.